



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0271872-5

COMARCA: Recife

AGRAVANTE: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado
de Pernambuco - FUNAPE

AGRAVADA: Eunice Soares dos Santos

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR PÚBLICO. COMPANHEIRA. EVIDÊNCIAS CONCRETAS INDICATIVAS DE CONSTÂNCIA DA UNIÃO ESTÁVEL. 1. A questão de fundo versa sobre a percepção de pensão por morte de servidor público estadual, por quem se afirma companheira em regime de união estável. 2. De proêmio, registrou-se que não há óbice à antecipação de tutela meritória contra a Fazenda Pública em matéria previdenciária, nos termos da Súmula 729 do STF, sendo inaplicável à espécie os §§ 2º e 5º do art. 7º da Lei nº 12.016/2009. 3. Na seqüência, não se vislumbrou plausibilidade na arguição de inépcia da petição inicial, eis que a autora/agravada promoveu a juntada dos documentos essenciais à propositura da ação e ao deslinde do feito. 4. Seguindo a máxima romana *tempus regit actum*, a lei vigente na data do fato gerador do benefício (*in casu*, a data do óbito do instituidor) é a que rege os termos de sua concessão. 5. Verificou-se, segundo a documentação acostada aos autos, que o óbito do ex-segurado ocorreu em 02.10.2011, razão pela qual a legislação de regência no caso em exame é a Lei Complementar Estadual nº 28, de 14.01.2000 (DOPE de 15.01.2000). 6. No caso dos autos, há evidências concretas indicativas da constância da união estável (asseverada pela agravada e exigida pelo art. 27, I, da LC 28/00) mantida entre o *de cujus* e a Sra. Eunice Soares dos Santos até a data do óbito do ex-segurado, notadamente as fotos da convivência diária do casal desde a década de 1970 até 2011, depoimentos pessoais ('declarações') prestados por amigos/conhecidos do casal, confirmando a coabitação do casal e a união estável entre eles mantida, provas da coabitação/endereço comum do casal no apartamento da requerente desde o divórcio do *de cujus* da sua esposa civil, Sra. Florinda Lima de Siqueira, em 2005, cópia da Ação de Interdição Judicial por curatela interposta pelo ex-segurado em prol da requerente, notas promissórias emitidas (em 1979 e 1982) pela mesma e avalizadas pelo *de cujus*, Seguro de Vida feito pelo ex-segurado em benefício da agravada, dentre outros documentos. 7. Ademais, a autora/agravada acostou aos autos a cópia da sentença proferida nos autos da 'Ação Declaratória de União Estável' nº 0077606-73.2011.8.17.0001, em 22.12.2011, dois meses após o falecimento do ex-segurado (em 02.10.2011), declarando, em caráter provisório, a união estável havida entre o casal no período compreendido entre abril de 2005 e 02.10.2011. 8. Dita sentença, ainda que não vincule o ente previdenciário, soma-se às demais evidências indicativas da existência de união estável, para fins de compor o requisito atinente ao *fumus boni iuris*. 9. Assim, tem-se por caracterizada a relevância da fundamentação suficiente à concessão da liminar *initio litis* (sendo clamoroso o *periculum in mora*). 10. Agravo de Instrumento improvido.



1250

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo de Instrumento nº 0271872-5, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade dos votos, em negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 28 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0271872-5

COMARCA: Recife

AGRAVANTE: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

AGRAVADA: Eunice Soares dos Santos

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **Agravo de Instrumento**, com pedido de atribuição de **efeito suspensivo**, ajuizado pela **FUNAPE** em face de decisão interlocutória proferida pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, que, nos autos da **Ação Ordinária nº 00122259-59.2012.8.17.0001**, concedeu a liminar (fl.609) pleiteada pela autora, ora agravada, nos termos abaixo transcritos:

*"2. Com estas considerações, **DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA** para determinar à FUNAPE que proceda ao pagamento da pensão previdenciária à autora retroativamente a fevereiro/2012 - mês do ajuizamento da presente ação -, isto por decorrência do falecimento do servidor identificado na petição inicial. (...)"*

Na ação em tela, pleiteia a autora/agravada, a percepção do benefício de pensão por morte de seu ex-companheiro e ex-segurado da FUNAPE, José Aureliano de Siqueira, falecido em 02.10.2011 (fl.43), uma vez que tal pleito foi indeferido administrativamente.

Aduz que conviveu maritalmente com o ex-segurado por mais de 40 (quarenta) anos, dele dependendo economicamente, e com ele permanecendo sob o mesmo teto até a data de seu falecimento, razão pela qual entende fazer jus ao referido benefício.

Em sede administrativa, a Fundação agravante indeferiu o pleito de pensionamento em foco (Parecer nº 1.259/2011 - fls.586/588) ante a ausência da documentação necessária à comprovação da convivência marital/união estável da requerente com o ex-segurado até a data de seu óbito, nos termos constantes do art. 27, I, e § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 28, de 14.01.2000 (DOPE de 15.01.2000) e do art. 21, inciso V, alíneas "e" a "r", da Instrução Normativa FUNAPE Nº 001/2006.

Em suas razões recursais (fls.02/18), argüi a FUNAPE: (i) a vedação à concessão da tutela antecipada contra a Fazenda pública, posto que a tutela pleiteada esgotaria, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação, violando os termos do §3º do art. 1º da Lei Federal nº 8.437/92, e bem assim envolveria a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento "de qualquer natureza" aos servidores públicos, o que seria vedado pelo § 2º do art. 7º da Lei Federal nº 12.016/2009, na forma do §5º do referido artigo, e ofenderia ao art. 1º da Lei nº 9.494/97; (ii) a necessidade de atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso ante o perigo de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

dano inverso (na medida em que a Administração Pública não tem como se ressarcir, satisfatoriamente, dos valores pagos antecipadamente, na hipótese provável de sair vencedora na demanda) e o risco de lesão grave e de difícil reparação; (iii) que *“admitir a concessão de liminares e de antecipação de tutela de forma satisfativa, implica, necessariamente, na total negativa de vigência do art. 475, I, do Código de Processo Civil”*; (iv) a ausência de documentos essenciais à propositura da ação e ao deslinde do feito; e (v) a falta de amparo legal à pretensão da agravada ante a ausência da documentação necessária à comprovação da coabitação em regime marital/união estável da requerente com o ex-segurado até a data de seu óbito, nos termos constantes do art. 27, I, e § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 28, de 14.01.2000 (DOPE de 15.01.2000) e do art. 21, inciso V, alíneas “e” a “r”, da Instrução Normativa FUNAPE Nº 001/2006, e bem assim de sua dependência econômica em relação ao mesmo.

Em suas contra-razões (fls.624/630), reitera a autora/agravada os termos da exordial da ação originária, insiste no seu direito à percepção do referido benefício de pensão por morte, e pugna pela manutenção da decisão vergastada pelos seus próprios fundamentos.

O Ministério Público com assento neste Tribunal absteve-se de ofertar o parecer ante a ausência de interesse público no feito (fls.1.231/1.232).

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 08 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

2251

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0271872-5

COMARCA: Recife

AGRAVANTE: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

AGRAVADA: Eunice Soares dos Santos

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

De proêmio, registro que não há óbice à antecipação de tutela meritória contra a Fazenda Pública em matéria previdenciária, nos termos da Súmula 729 do STF, sendo inaplicável à espécie os §§ 2º e 5º do art. 7º da Lei nº 12.016/2009.

Na sequência, não vejo plausibilidade na arguição de inépcia da petição inicial, eis que a autora/agravada promoveu a juntada dos documentos essenciais à propositura da ação e ao deslinde do feito (fls. 31/578).

Na sequência, anoto que o fato gerador do benefício de pensão por morte é o óbito do seu instituidor.

Assim, o regramento para a concessão da pensão por morte deve ser o previsto na legislação vigente à época da ocorrência do fato gerador, em atendimento ao princípio *tempus regit actum*.

Verifico, segundo a documentação acostada aos autos, que o óbito do ex-segurado ocorreu em 02.10.2011 (fl.43), razão pela qual a legislação de regência no caso em exame é a Lei Complementar Estadual nº 28, de 14.01.2000 (DOPE de 15.01.2000), que veio a ser posteriormente atualizada pelas Leis Complementares nºs. 029, de 22/01/2000; 030, de 02/01/2001; 041, de 26/12/2001; 043, de 02/05/2002; 048, de 27/01/2003; 056, de 30/12/2003; 058, de 02/07/2004; 063, de 15/12/2004; 064, de 20/12/2004; 069, de 25/01/2005; 079, de 18/11/2005; 081, de 20/12/2005; e 085, de 31/03/2006.

A LC nº 28/00 assim regulamentava a matéria:

“Art.27- Serão dependentes dos segurados:

I - o cônjuge ou o companheiro, na constância, respectivamente, do casamento ou da união estável;

(...)

§2º Para efeito do disposto no inciso I, deste artigo, é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

1252

duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. (Alterado pela Lei Complementar nº 056, de 30/12/2003).

Conforme antedito, pleiteou a autora/agravada a sua habilitação junto à FUNAPE, como beneficiária de pensão previdenciária de seu ex-companheiro e ex-segurado José Aureliano de Siqueira, com quem alega ter convivido maritalmente por mais de 40 (quarenta) anos, dele dependendo economicamente, e com ele permanecendo sob o mesmo teto até a data de seu falecimento, razão pela qual entende fazer jus ao referido benefício.

O referido pleito restou indeferido administrativamente (Parecer nº 1.259/2011 - fls.586/588) ante a ausência da documentação necessária à comprovação da convivência marital/união estável da requerente com o ex-segurado até a data de seu óbito, nos termos constantes do art. 27, I, e § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 28, de 14.01.2000 (DOPE de 15.01.2000) e do art. 21, inciso V, alíneas "e" a "r", da Instrução Normativa FUNAPE Nº 001/2006.

Pois bem.

No caso dos autos, há evidências concretas indicativas da constância da união estável (asseverada pela agravada e exigida pelo art. 27, I, da LC 28/00) mantida entre o *de cujus* e a Sra. Eunice Soares dos Santos até a data do óbito do ex-segurado, notadamente as fotos da convivência diária do casal desde a década de 1970 até 2011 (fls.53/109), depoimentos pessoais ('declarações') prestados por amigos/conhecidos do casal (fls. 116/127) confirmando a coabitação do casal e a união estável entre eles mantida, provas da coabitação/endereço comum do casal no apartamento da requerente (docs. de fls. 146 e 174/220-verso) desde o divórcio do *de cujus* da sua esposa civil, Sra. Florinda Lima de Siqueira, em 2005 (fls.130/147, 151/159, 162/171), cópia da Ação de Interdição Judicial por curatela interposta pelo ex-segurado em prol da requerente (fls. 309/344), notas promissórias emitidas (em 1979 e 1982) pela mesma e avalizadas pelo *de cujus* (fls. 387-verso e ss.), Seguro de Vida feito pelo ex-segurado em benefício da agravada (fl. 401), dentre outros documentos.

Ademais, a autora/agravada acostou aos autos a cópia da sentença proferida nos autos da 'Ação Declaratória de União Estável' nº 0077606-73.2011.8.17.0001 (fl.50), em 22.12.2011, dois meses depois do falecimento do ex-segurado (em 02.10.2011), declarando, em caráter provisório, a união estável havida entre o casal no período compreendido entre abril de 2005 e 02.10.2011.

Dita sentença, ainda que não vincule o ente previdenciário, soma-se às demais evidências indicativas da existência de união estável, para fins de compor o requisito atinente ao *fumus boni iuris*.

Assim, tenho por caracterizada a relevância da fundamentação suficiente à concessão da liminar *initio litis* (sendo clamoroso o *periculum in mora*).



1253

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Ante o exposto, **nego provimento** ao presente **agravo de instrumento**, em ordem a assegurar à agravada a percepção de pensão por morte do ex-servidor José Aureliano de Siqueira, nos termos do *decisum* de primeiro grau.

Recife, 24 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator